

O EFEITO APORÉTICO NA DISCUSSÃO SOBRE A JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA

Helly Lucas Barros Crispim*

Resumo: Desde os contraexemplos contra a Definição Tradicional do Conhecimento (DTC) propostos por Edmund Gettier em seu ensaio de 1963 “Is Justified True Belief Knowledge? ”, que ficou popularmente conhecido como o problema de Gettier, a justificação epistêmica passou a ser muito discutida e culminou em diversas tentativas para uma melhor definição do conhecimento. Este trabalho tem o intuito de mostrar breve e modestamente a complexidade em torno da discussão sobre a justificação e como sua solução pode se mostrar negativa, abordando resumidamente algumas das diversas hipóteses em torno do que é a justificação epistêmica, qual é a sua natureza, e se ela é realmente necessária para o conhecimento. Observa-se que a justificação, assim como o conhecimento, enfrenta diversos problemas em sua definição, estes talvez até mais difíceis que aqueles em torno da definição do conhecimento. Observa-se também que a justificação parece ser uma exigência da razão, e como tal, leva-nos a um estado de aporia, pois, por um lado, se não houver uma justificação infalível, o agente cognitivo talvez nunca esteja satisfeito, exigindo mais justificações para cessar suas dúvidas e incertezas, e, por outro lado, a justificação infalível parece ser demasiada exigente, podendo limitar o que se entende como conhecimento, e, além do mais, parece ser bastante implausível, pois, além de gerar um regresso *ad infinitum* por conta dos critérios para uma tal justificação, parece difícil de ser aplicada a uma definição universal do conhecimento, posto que cada objeto do conhecimento tem sua peculiaridade.

Palavras chaves: Epistemologia; Justificação epistêmica; Aporia; Coerentismo; Fundacionismo; Internismo; Externismo.

*[Graduando em filosofia pela universidade Federal do Ceará (UFC)]

Abstract: Since the refutations against the traditional definition of knowledge known as JTB – a short for "Justified true belief" - exposed by Edmund Gettier in his 1963 essay "Is justified true belief knowledge?" which became known as "The Gettier problem", the epistemic justification came to be very much discussed and ended up in various tries for a better definition of knowledge. This work aims to show briefly and modestly the complexity around the discussion about the justification and how solutions for this problem can be negative. We do that by shortly approaching some of the different hypothesis about what an epistemic justification is, its nature, and if it is really necessary for knowledge. We notice that the justification, just as knowledge, face several problems for its definition. Those problems are maybe even more complex than those concerning the definition of knowledge. We also noticed that the justification seems to be demanded by reason and as such, leads us to a state of aporia, due to the fact that on the one hand, if there is no infallible justification, the cognitive agent will probably never be satisfied, demanding more justifications to diminish his doubts and uncertainties, and on the other hand, the infallible justification seems to be too demanding and could limit what is known as knowledge, and moreover, it seems to be very implausible for it can not only generate a regress ad infinitum, due to the criteria of this kind of justification, but also it seems difficult to be applied to an absolute definition of knowledge since each object of knowledge have its peculiarities.

Key words: Epistemology; Epistemic justification; Aporia; Coherentism; Foundationalism; Internalism; Externalism.

Introdução

O presente trabalho, além de mostrar uma porção das dificuldades em torno do problema do conhecimento, pretende dar apenas uma breve e modesta exposição sobre as principais correntes da epistemologia moderna e seu notável envolvimento com o ceticismo, bem como estimular, também, o interesse do leitor em estudar ou participar de tais investigações, visto que a epistemologia é uma área ainda muito negligenciada, especialmente nos cursos de filosofia do Brasil. A maioria dos estudantes optam por uma formação mais literária ou clássica da filosofia e evitam uma formação mais analítica. Pretendo convencer esse tipo de estudante, se vier a ler este trabalho, a verificar o que muitas vezes nossos preconceitos ou expectativas nos impedem de ver. Pretendo mostrar uma pequena porção do que há de interessante e importante neste lado. Antes de estudar os filósofos da teoria do conhecimento é recomendável ao leitor iniciante que tenha uma visão geral destes filósofos e de suas teses. Por isso, grande parte deste trabalho tem como referência obras introdutórias, afim de influenciar o leitor a recorrê-las. Iniciemos então nosso trabalho.

O problema em torno da justificação epistêmica aparenta ser bem mais complexo que o problema sobre o que é conhecimento. Para alguns ela é condição para o conhecimento, para outros apenas uma garantia para o conhecimento. A justificação é facilmente passível de um regresso ao infinito e nos leva muitas vezes a estados de aporia. Grandes são os esforços dos epistemólogos em evitar ataques céticos, regressos ao infinito e circularidades relacionadas à justificação. Uma dessas tentativas é a aspiração a uma infalibilidade da justificação.

As discussões sobre a infalibilidade da justificação epistêmica tomaram grande força através das respostas aos problemas apresentados por Edmund Gettier em seu ensaio de 1963 “Is justified true belief knowledge?” onde ele refuta a famosa tese tripartida do conhecimento que o define como crença verdadeira justificada. Gettier elabora dois contraexemplos em que se há uma crença verdadeira e justificada, mas que ainda assim não se pode afirmar que o indivíduo tenha conhecimento. Em ambos os exemplos, Gettier apresenta dois personagens: Smith e Jones. No primeiro exemplo, Smith e Jones concorrem a um cargo numa certa empresa. Smith acredita na seguinte proposição **a**: “Jones ficará com o emprego e possui dez moedas no bolso” a partir desta proposição infere **b**: “O homem que ficará com o emprego possui dez moedas no bolso”, as evidências que Smith possui para justificar sua crença em **a** e inferir **b** são: há dez minutos atrás Smith contou as moedas de Jones e averiguou que este tinha dez moedas no bolso. O chefe da empresa havia assegurado a Smith que, no final, quem ficaria com o emprego seria Jones. Mas, sem o saber, quem ficaria com emprego seria, na verdade, o próprio Smith, e este possuía, também sem o saber, dez moedas no bolso. Sendo assim, Smith possuía uma crença verdadeira e justificada, mas não tinha conhecimento. No segundo exemplo, Smith se recorda que desde quando o conhecera, Jones era dono de um Ford, e, recentemente, recebera uma carona de Jones, que dirigia um Ford. Smith então elabora três proposições disjuntivas a partir da crença de que Jones possui um Ford, adicionando um terceiro personagem na estória, Brown. As proposições são as seguintes: **a**. “Ou Jones tem um Ford, ou Brown vive em Boston” **b**. “Ou Jones tem um Ford, ou Brown vive em Barcelona” e **c**. “Ou Jones tem um Ford, ou Brown vive em Brest-Litovsk”. Smith está justificado a acreditar nestas três proposições a partir de sua forte crença de que Jones possui um Ford. Contudo, sem o saber, o carro de Jones era na verdade alugado e Brown realmente vivia em Barcelona. Assim, Smith tinha uma crença verdadeira e justificada referente a proposição **b**, mas não podia afirmar que possuía conhecimento desta.

As várias tentativas de refutar os problemas de Gettier levaram os epistemólogos a tomarem rumos diferentes. Alguns decidiram elaborar uma nova definição de conhecimento completamente diferente da tradicional, outros decidiram refutar os exemplos de Gettier, e ainda houve aqueles que almejaram corrigir a definição tradicional do conhecimento adicionando novas condições ou modificando as existentes. Mas a maioria deles concordava que havia algo de errado com a justificação e, a começar pelo problema da infalibilidade da justificação, trataremos sobre este problema aqui.

A exigência de uma justificação infalível para uma crença se dá, de forma mais evidente, na perspectiva internalista com relação à natureza da justificação. Uma resposta diferente para esse problema poderá ser encontrada, como veremos mais adiante, em perspectivas externalistas. Examinaremos a seguir, como se dá a exigência da infalibilidade das crenças nas perspectivas internalistas e como o externalismo, ainda que muito plausível, não se mostra suficiente para a solução do problema.

A discussão sobre a justificação epistêmica

O internalismo é uma corrente que acredita que o agente cognitivo deve ser capaz de refletir sobre aquilo que justifica suas crenças. Isso se dá porque o agente só pode estar justificado por si mesmo em acreditar em algo se puder refletir e observar em primeira pessoa aquilo que justifica suas crenças. Portanto, a justificação é exigida pela razão, é uma garantia para que o indivíduo assuma o conhecimento de algo. A infalibilidade torna-se necessária, pois a partir do momento em que o agente cognitivo percebe uma possível falha na justificação, não considera mais que suas crenças estejam justificadas, pois sua razão exige outra justificação, e isso deve regressar ao infinito enquanto não houver uma justificação infalível.

Tal problema serviu de inspiração para a resposta dos fundacionalistas com relação ao regresso epistêmico. Eles se apoiam na crença de que se não houver uma justificação infalível, não pode haver conhecimento. Os fundacionalistas então propõem a existência de um “dado”, que por sua vez é não conceitual e não inferencial, e por isso indubitável, infalível e incorrigível. Esse dado serve como matéria-prima à qual todos os conceitos são aplicados, se este fosse ausente, não haveria como conceituar. Essa é uma resposta dos fundacionalistas aos anti-fundacionalistas, como Wilfrid Sellars¹, que afirma ser o dado um mito. O argumento de Sellars é o de que não há conhecimento nem justificação de algo que não seja através de conceitos e de modo conversacional, pois o que chamamos de conhecimento está ao nível do juízo. Portanto, não faz sentido afirmar que pode haver algo que seja não inferencial, o próprio dado é um conceito e existem outras crenças que o justificam, portanto, ele mesmo não pode ser não-inferencial, e assim é tido como um mito. Contudo, os fundacionalistas ainda possuem bons argumentos para se defenderem, e pôr o dado como matéria prima para os conceitos é um deles. Para um fundacionalista o dado recebido por qualquer agente cognitivo é o mesmo, os conceitos que o agente possui é que serão aplicados sobre o dado e tornarão a perceptiva do agente, com relação ao dado que recebe, diferente da dos outros. Mesmo assim, os anti-fundacionalistas propõem uma teoria da justificação diferente, que tente superar o problema da regressão. Grande parte dos adeptos desta teoria exigirão a reflexão do agente cognitivo, podendo então cair novamente no problema do regresso, como será visto. Essa teoria chama-se coerentismo.

O coerentismo afirma que o erro do fundacionalismo é conceber a justificação como linear, portanto, o regresso é eminente. O coerentismo então usa-se de um critério para a justificação de alguma crença: a coerência que esta crença tem com relação a um sistema de crenças aceito pelo agente cognitivo. O termo coerência aqui, não se refere a uma relação lógica entre as crenças de um sistema, mas de uma relação probabilística entre as crenças. Estou justificado a acreditar que P pela crença X, a crença X dá probabilidade a P. Por exemplo, alguém poderia estar justificado em acreditar que o sol

1 Sellars expõe sobre o mito do dado em seu ensaio de 1956 “Empirism and philosophy of mind”. O leitor interessado em uma pequena exposição do argumento de Sellars pode ler o capítulo 6 do livro “Introdução à teoria do conhecimento” de Dan O’Brien publicado pela editora portuguesa *Gradiva*.

nascerá amanhã, pois aquilo que o justifica fornece grande probabilidade de o sol nascer amanhã, no caso, o sol ter nascido todos as manhãs até então. Uma pessoa que não tenha conhecimento dos argumentos racionais para a existência de Deus, poderia acreditar que não há um Deus, como o Deus cristão, pela ausência de razões epistêmicas e a existência apenas de razões prudenciais por parte da grande maioria dos cristãos, dando grande probabilidade de Deus não existir para esta pessoa. Um sistema de crenças desse tipo é um sistema coerente de crenças. Como o coerentismo não concebe a justificação como linear, livra-se do regresso epistêmico. Contudo, um regresso aparece com a necessidade do agente cognitivo de refletir sobre o que torna seu sistema coerente. Essa exigência da reflexão se dá pela não plausibilidade de se ter um sistema coerente sem reflexão. Ora, se não preciso refletir sobre a coerência de meu sistema de crenças, posso acreditar, por exemplo, que toda vez que um galo canta é porque está de manhã, esta crença está apoiada probabilisticamente com a crença que tenho de que todas as manhãs o galo canta. Contudo, há galos que podem cantar a noite ou em qualquer hora do dia, e eu só sou capaz de chegar nessa conclusão se refletir sobre essa possibilidade. Portanto, se não houver uma reflexão sobre o sistema de crenças, corre-se o risco de deixar o conhecimento a mercê da sorte. O problema é que, como não há uma crença básica, o agente cognitivo sempre será passível de não estar justificado, a não ser que haja uma justificação infalível, e isso o levará a um regresso ao infinito, pois sempre necessitará de justificação para cada uma das crenças que compõem seu sistema.

Uma das respostas para esse problema é o externalismo. Se o agente cognitivo não necessita de justificação para ter conhecimento, então isso poderia nos livrar do problema do regresso. Há casos em que não precisamos refletir sobre nossas crenças para estarmos justificados em acreditar em algo. Por exemplo, quando estou com calor não preciso refletir sobre esta minha crença, sei imediatamente que estou com calor. Contudo, posso duvidar que estou com calor e a partir de então necessito de reflexão para estar justificado. Mas, isso não quer dizer que a reflexão seja necessária para se ter conhecimento, a reflexão do agente surge aí como forma de eliminar a dúvida, uma forma mais garantida para o conhecimento, que enfrenta muitos problemas. Os externalistas afirmam que não é todo caso em que o indivíduo está imediatamente justificado, existem condições para que isso ocorra. Uma delas é a de que a crença de S que P estará justificada, se P estiver em uma relação causal com a crença de S que P. Por exemplo, um músico profissional sabe distinguir entre as notas musicais de ouvido, pois estas notas causam a crença do músico em torno dela mesma. Uma outra condição surgiria com este exemplo: se o músico estivesse ouvindo uma nota que não conhecia, provavelmente estranharia e surgiriam certas dúvidas em sua mente. O agente cognitivo somente crê que P se for o caso que P, na condição de que se P continuasse a ser verdadeiro em circunstâncias diferentes, S continuaria acreditando que P. Essa é a teoria do rastreamento da verdade de Robert Nozick², que defende o rastreamento da verdade

2 Nozick expõe seus argumentos sobre o rastreamento da verdade em sua obra “Philosophical Explanations” de 1981. Ao leitor interessado em uma abordagem mais simples e rápida dos argumentos de Nozick, recomendo a leitura do capítulo 8 da obra “introdução à teoria do conhecimento” (GRADIVA) de Dan O’Brien.

através das crenças do agente cognitivo. Contudo, ainda que essa teoria seja forte e tentadora, ainda não está claro se ela se aplicaria a todos os casos. Existem casos em que necessitamos de justificação para nossas crenças, e mesmo com justificação, ainda não teríamos garantia de que temos conhecimento. Por exemplo, acreditava-se que a terra era o centro do universo, achava-se que isto era conhecimento e grande parte das pessoas estavam epistemologicamente justificadas em acreditar nisto. Somente hoje, depois do desenvolvimento científico somos capazes de dizer que o que tínhamos não era conhecimento. O externalismo não é capaz de garantir quando temos conhecimento ou não, exige-se, portanto, a justificação, mas mesmo esta, como fora visto no exemplo, não é suficiente.

Conclusão

A justificação sempre nos leva ao mesmo dilema. Por um lado, necessitamos de uma justificação infalível que não nos leve a um regresso ao infinito. Por outro lado, uma justificação infalível não parece ser necessária para o conhecimento, visto que podemos ter conhecimento sem justificação e ainda podemos acabar por eliminar a possibilidade de se ter o conhecimento de algo que não possa ser justificado, pelo menos não de maneira infalível. Ora, as justificações que temos a respeito da existência do mundo ao nosso redor são falíveis, René Descartes é um grande exemplo de filósofo que pôs em dúvida a existência do mundo sensível. No entanto, por mais que possamos pôr em dúvida sua existência, ainda existe a possibilidade de o mundo sensível existir, por isso, se exigirmos a infalibilidade da justificação, podemos excluir a possibilidade de tomarmos como conhecimento a existência do mundo ao nosso redor.

Nesse sentido, os problemas em torno da justificação epistêmica parecem ser talvez bem mais complicados do que o problema em torno da pergunta “o que é conhecimento?”. E há ainda aqueles que, com todo direito, exigem que saibamos antes de tudo o que é o conhecimento, mas se para que saibamos disto necessitamos saber sobre a justificação, então estamos em um estado extremo de aporia.

Quais são as justificações que tenho para acreditar que isto a minha frente é uma caneta? É a utilidade, ou causa final da caneta? Ora, as canetas são usadas para escrever e possuem tinta. Mas, existem canetas que continuam sendo canetas mesmo depois que a tinta acaba, ou ainda podem existir canetas em que não se tem como escrever com elas, pois podem ter estourado ou podem ter entupido. Se você diz que a caneta deixa de ser caneta por não ter mais tinta e não escrever, então temos uma solução para o problema e realmente o que define a caneta são seus atributos de ter tinta e escrever. Deveríamos então criar outro nome para aqueles objetos que parecem canetas, mas não são. Por acaso você diria que o corpo de um homem-morto não é mais um homem, pois agora está morto? Isso dependerá dos critérios que satisfazem a definição de um homem.

Contudo, existem outros critérios que se podem atribuir a uma caneta, que não

apenas ter tinta e poder escrever, afinal, mesmo canetas com defeito de fabricação ainda são canetas para muitas pessoas. Ora, por que ainda são chamadas de canetas? Talvez porque existam outros critérios. A forma da caneta parece ser um critério, afinal, já vi várias canetas e todas elas têm um formato semelhante. Contudo, esta mesma caneta, pode ser destruída, sua forma pode ser mudada, e além disso não há de forma clara uma definição pura do que chamamos de caneta pela sua forma, pois elas possuem formas diferentes. Bem, então é pela semelhança entre as canetas que sei que são canetas? Este parece ser um bom critério, contudo, eu posso ter um brinquito com a mesma forma da caneta, não sendo, portanto, uma caneta.

E se pegássemos emprestado um termo metafísico de Aristóteles, e a caneta fosse definida por sua substância? Essa seria uma forma perfeita de definir a caneta, mas as substâncias são vistas por nós através de acidentes – coisas que existem de forma parasitária à substância – portanto só poderíamos identificá-las por seus acidentes. Afinal, qual é o critério para se definir uma caneta?

A justificação pode nos levar para o conhecimento da caneta, mas o critério para a justificação parece ser mais difícil que os critérios para o conhecimento. Se a justificação exige critérios, temos um regresso ao infinito, pois esses critérios também exigem justificação. O problema é que tudo o que dizemos conhecer aparentemente pressupõe justificação. Ora, uma criança sabe que há em sua frente uma árvore, pois sua percepção torna-se uma justificação forte para ela acreditar que está vendo uma árvore a sua frente, se começa a se questionar sobre a árvore; passa a exigir, pois, novas razões para justificarem a crença e, portanto, passa a não ter mais como justificação sua percepção. A justificação é uma exigência do agente cognitivo, ao mesmo tempo ela exige certos critérios, e estes só são observados ao longo das mudanças de exigência e dúvidas do agente cognitivo. O problema é que, se não houver um critério último para a justificação, o agente cognitivo sempre pode criar alternativas que anularão a justificação.

Há ainda mais um problema: a justificação também dependerá do objeto que procura justificar, tornando praticamente inviável a existência de um critério último para a justificação, visto que talvez precisássemos de uma justificação diferente para cada objeto de conhecimento.

REFERÊNCIAS

FUMERTON, Richard A. *Epistemology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 33-52. (First book in Philosophy).

GETTIER, Edmund. “Is Justified True Belief Knowledge?”. 1963, *Analysis*, 23: 121–123, [Online]. Disponível em: <<http://www.ditext.com/gettier/gettier.html>>

O'BRIEN, Dan. *Introdução à Teoria do Conhecimento*. 1ª Edição. Lisboa: Gradiva, junho de 2013, p. 380. (Filosofia Aberta).

RODRIGUES, Luís Estevinha. *Conhecimento*. In: *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*, Edição 2013, Centro de filosofia da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://compendioemlinha.lettras.ulisboa.pt>> (último acesso em 28 de julho de 2016).